



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 23/2021
Período: 03/07/2021 - 09/07/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 I: militares na mira das investigações
- 2- Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 II: os militares sob suspeita de atividades ilegais
- 3- Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 III: tensão entre militares e o presidente da comissão
- 4- Colunistas ponderaram sobre o papel de Bolsonaro na crise entre o Senado Federal e as Forças Armadas
- 5- Eduardo Pazuello I: procuradores da República encaminham ação contra ex-ministro da Saúde por improbidade administrativa
- 6- Eduardo Pazuello II: ex-ministro da Saúde afirmou ter sofrido pressão para liberar recursos a deputados federais do “Centrão”
- 7- Segundo jornal, coronel Élcio Franco tem envolvimento em negociações sobre a Covaxin
- 8- Recursos extraordinários destinados ao combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias do Ministério da Defesa
- 9- Militares no Poder I: colunista discutiu sobre o caráter militar do governo Bolsonaro
- 10- Militares no Poder II: colunista criticou o envolvimento das Forças Armadas no governo e o presidente da República Jair Bolsonaro
- 11- Chefe de inteligência dos Estados Unidos visitou o Brasil
- 12- Periódico comentou sobre pensões recebidas por dependentes de militares
- 13- Superior Tribunal Militar puniu um único general nos últimos dez anos
- 14- Coronel foi citado em possível esquema de “rachadinha” de Jair Bolsonaro, quando este ainda era deputado federal
- 15- Mourão prometeu redução de 12% no desmatamento da Amazônia
- 16- Projeto que revoga a Lei Nacional de Segurança será votado em breve no Senado Federal

1- Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 I: militares na mira das investigações

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 constataram a presença de militares em casos irregulares de compra de vacinas. O jornal *Folha de S. Paulo* relembrou o que já foi descoberto e

trabalhado pela CPI: a respeito dos militares envolvidos nas investigações, o periódico ressaltou primeiramente o caso do tenente-coronel Alex Lial Marinho que, após denúncias de indícios de irregularidades na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde, foi convocado para depor na CPI. Tal movimentação se deveu à suspeita dos senadores de que Marinho foi um dos nomes por trás da pressão havida no governo em prol da compra da Covaxin. Consonantemente a isso, os sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do militar foram quebrados. Ademais, a *Folha* também ressaltou que, em face a tais suspeitas de corrupção no governo do presidente da República Jair Bolsonaro, o mandatário teria escalado o assessor especial da Casa Civil e também investigado pela CPI, coronel Élcio Franco, “para a defesa do presidente”. A defesa do governo Bolsonaro disse que o então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, teria movimentado Franco para investigar as irregularidades quando o presidente foi informado dos indícios, mas que nada de concreto foi encontrado. Outrossim, outra figura central nos desdobramentos da CPI para os militares foi o representante da empresa Davati Medical Supply, Luiz Paulo Domingueti, cujo depoimento denunciou um jantar ocorrido no dia 25/02/21 onde houve pedidos de propina na compra do imunizante AstraZeneca, contando com a presença do coronel Alexandre Martinelli. Por outro lado, ao Painel da *Folha*, o militar negou sua participação no evento, e declarou a intenção de ir à Justiça para combater a menção de seu nome no depoimento. Além de Martinelli, outro militar referido como participante do jantar foi o tenente-coronel Marcelo Blanco, ex-diretor substituto de logística da Saúde, que confirmou o pedido de propina por parte de Dias. O coronel se apresentou como representante da Davati em troca de mensagens com Cristiano Carvalho, intermediando negociações. Nesse sentido, em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Jânio de Freitas sustentou que, frente às revelações feitas pela CPI, os “militares que forçaram o resultado eleitoral e os do governo já podem iniciar a contabilidade do que o Exército não ganhou”. O envolvimento de um general, um tenente-coronel e dois coronéis no caso da Covaxin apenas apontaram mais perdas provocadas pela presença de militares no governo e que, segundo Freitas, não terminaram: “há mais [militares com condutas culposas] no Ministério da Saúde”. Também em coluna à *Folha*, Elio Gaspari usou a ligação de militares ao caso da Covaxin como justificativa de sua compreensão de que o discurso da “nova política” de Bolsonaro se revelou, ao cabo de dois anos, “algo muito pior”. Por fim, segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, as investigações conduzidas pela CPI da Covid-19 mostraram não só o envolvimento, mas o consentimento de militares no esquema da vacina indiana Covaxin, afinal oficiais não apenas participaram de negociações para compra de vacinas, como também apoiaram indicados a pastas orçamentárias suspeitas de irregularidades e fraudes. O *Correio Braziliense* afirmou que os senadores da CPI da Covid-19 apuram a suspeita de que havia uma disputa por espaço dentro do Ministério da Saúde entre militares e partidos do “Centrão” no âmbito das negociações de vacinas. Segundo o senador Alessandro Vieira afirmou que “existe uma disputa de grupos na Saúde”, o “Centrão de farda e o Centrão sem farda”, afirmou ao *Correio*. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, afirmou que há “uma espécie de concorrência entre grupos de militares que vieram para o Ministério da Saúde e um antigo grupo que estava na pasta”. Ao ser questionado se já é possível identificar qual grupo tem mais culpa, o senador respondeu que houve “coalizão de interesses ocultos e corruptos”. (*Correio*

Braziliense - Política - 07/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 04/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 05/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/07/21)

2- Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 II: os militares sob suspeita de atividades ilegais

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, um número expressivo militares e ex-militares se encontram na mira da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19. Na lista constam nomes como: Eduardo Pazuello, suspeito de ter agravado a pandemia devido à ineficiência de seu comando do Ministério da Saúde; Élcio Franco, braço direito de Pazuello, investigado pelo atraso na aquisição de vacinas; Marcelo Blanco da Costa, suspeito de ter participado do esquema de propinas na compra de vacinas; Bento Pires, apontado como um dos responsáveis por apressar a liberação de documentos para a importação das vacinas Covaxin, processo hoje investigado pela CPI; Alex Lial Marinho, suspeito de ter apressado a importação da Covaxin, apesar da falta de documentos; e por último, Roberto Dias, acusado de cobrar propina por dose de vacina Astrazeneca. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/07/21)

3- Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 III: tensão entre militares e o presidente da comissão

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, Omar Aziz (PSD-AM), teceu críticas às Forças Armadas, gerando raiva entre os militares. Segundo Aziz, a reação dos militares perante a sua fala foi uma forma de intimidar o Senado Federal, e ao mesmo tempo esperava um posicionamento intrêmulos dos colegas. A tensão entre o parlamentar e as Forças Armadas sucedeu-se após comentário de Aziz na sessão da CPI, onde afirmou que “membros podres” das Forças Armadas deveriam estar envolvidos em irregularidades dentro do governo. O comentário referia-se aos egressos da caserna que estariam envolvidos nas negociações de compra da vacina contra o novo coronavírus. Diante da declaração do senador, o Ministério da Defesa emitiu uma nota de repúdio rebatendo Aziz e categorizando suas falas como “levianas”. A nota foi assinada pelo ministro da pasta, Walter Braga Netto, e pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Segundo o mesmo periódico, a nota foi emitida na tentativa de intimidar a comissão, e atribuiu ao parlamentar acusações que não foram feitas. De acordo com o colunista do jornal *Correio Braziliense*, Luiz Carlos Azevedo, a contrainformação vem sendo utilizada como estratégia pelo governo na CPI, algo similar às táticas aplicadas pelos militares em tempos de guerra. Segundo o *Correio Braziliense*, um dia antes da emissão da nota, o presidente da República Jair Bolsonaro se encontrou com os comandantes das Forças Armadas e outras figuras importantes do governo, como o ministro da Defesa, Braga Netto, e o Advogado-Geral da União, André Mendonça. A pauta da reunião girou em torno de um balanço dos 30 meses de governo, mas também se tratou sobre os protestos recentes e o alinhamento político dos militares. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a nota de repúdio emitida pelo Ministério da Defesa foi compartilhada nas redes sociais do presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido). No dia 07/07/21, Roberto Ferreira Dias, ex-diretor de logística do

Ministério da Saúde, depôs na CPI da Covid-19. A sessão encerrou após Aziz determinar a prisão do depoente, de acordo com o presidente da CPI, Dias mentiu em inúmeros pontos em sua fala. Seguidamente à reação da Defesa, políticos da oposição tacharam a resposta como excessiva, Randolfe Rodrigues (REDE-AP), vice-presidente da CPI, criticou a nota e defendeu Aziz. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) acionou a advocacia do Senado Federal para que Braga Netto fizesse explicações sobre a nota, e ameaçou entrar com uma representação contra o Ministro da Defesa caso a ofensiva contra o Senado Federal continuasse. Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo, atestou que a nota objetivou defender a Constituição, enquanto as declarações de Aziz atropelaram a Constituição Federal por serem precipitadas. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a declaração de Aziz irritou os governistas, o senador Marcos do Val (Podemos-ES), alegou que o presidente da CPI se desfez das Forças Armadas. Em resposta, Aziz declarou que nos relatos dos depoentes, geralmente tem alguém das Forças Armadas, o que é prejudicial para o Brasil. Segundo os periódicos, no dia seguinte ao ocorrido, os políticos tentavam apaziguar os ânimos, mas sem esconder o descontentamento com a nota das Forças Armadas. Omar Aziz ressaltou que a nota foi desproporcional à sua fala, que segundo ele, se referia a indivíduos e não às instituições militares. Acrescentou, ainda, que não seria intimidado pela resposta das Forças Armadas, que, como Aziz apontou, as descobertas da CPI têm aborrecido algumas pessoas. Além das críticas, políticos como Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros (MDB-AL) reafirmaram a importância do papel desempenhado pelas Forças Armadas e da independência das instituições. Após conversas com o ministro da Defesa, Braga Netto, e o comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), empenhou-se em atenuar a situação. Segundo Pacheco, a posição de ambos visou esclarecer que a nota não representou um ataque ao Senado Federal, como instituição. Pacheco declarou que o episódio foi “um mal-entendido” que já foi superado, mas alertou, “Não se pode fazer de uma fala uma crise institucional, como não se pode fazer de uma nota uma crise institucional”. (Correio Braziliense - Política - 08/07/21; Correio Braziliense - Política - 08/07/21; Correio Braziliense - Política - 09/07/21; Correio Braziliense - Política - 09/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 09/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 09/07/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 08/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 09/07/21)

4- Colunistas ponderaram sobre o papel de Bolsonaro na crise entre o Senado Federal e as Forças Armadas

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a jornalista, comentarista e escritora Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente da República Jair Bolsonaro tentou aproximar as Forças Armadas de si a fim de compensar a queda em popularidade e o barulho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19. Segundo ela, a nota expedida pelo Ministério da Defesa contra as declarações do presidente da CPI, Omar Aziz, possui tom de intimidação e foi combinada previamente com Bolsonaro. Desse modo, a jornalista argumentou que o único beneficiário de uma crise entre as Forças Armadas e o Poder Legislativo seria Bolsonaro. Em coluna para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo observou que as recentes

declarações de Bolsonaro estão em consonância com a crise entre o Senado Federal e as Forças Armadas. Na quinta-feira, dia 08/07/21, Bolsonaro declarou que “Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições”. Segundo Luiz Carlos Azedo, essa fala do presidente, que faz parte de sua campanha contra as urnas eletrônicas, demonstram a intenção de impugnar as eleições caso venha a perdê-las. Para o jornalista, a forte presença militar no governo, as declarações de Bolsonaro e a nota emitida pelo ministério da Defesa não podem ser analisadas separadamente. Segundo Azedo, na eleição de 2022 também está em jogo o projeto de poder das Forças Armadas e a permanência de militares em cargos estratégicos. Azedo denotou que, ao se cercar de militares, Bolsonaro demonstrou “uma estratégia de cooptação política de oficiais de alta patente com propósitos claramente golpistas”. (Correio Braziliense - Política - 08/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 09/07/21)

5- Eduardo Pazuello I: procuradores da República encaminham ação contra ex-ministro da Saúde por improbidade administrativa

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, oito procuradores da República entraram com uma ação no dia 30/06/21 na Justiça Federal contra o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Os procuradores afirmaram que o militar cometeu o crime de improbidade administrativa enquanto chefiava a pasta da Saúde, referindo-se a um atraso deliberado da entrega de vacinas, à adoção do chamado “kit covid”, à falta de ação do Ministério da Saúde e às ações que visavam dificultar o acesso da população às informações sobre a pandemia. Tal postura teria causado “danos ao patrimônio público” e violava os “princípios da administração”. Ademais, os procuradores da República pediram que Pazuello pague uma multa de até R\$ 244 milhões - visto que os prejuízos ao erário foram de R\$ 122 milhões sendo que a ação pede uma multa de duas vezes o valor -, além de afirmarem na ação que o militar “precisa ser responsabilizado”, ter seus direitos políticos suspensos, “perder qualquer função pública” que atualmente ocupe e a possibilidade de fazer contratos com o poder público no futuro. A *Folha* e o *Estado* ressaltaram que essa é a segunda ação de improbidade administrativa que Pazuello sofre. Atualmente, a ação está na 20ª Vara Federal, cabendo a ela dar ou não início ao processo contra o general. Ademais, o valor de R\$122 milhões levou em conta o que foi gasto tanto pelo Exército na produção e distribuição de cloroquina quanto na compra do medicamento e em sua publicização. Em coluna opinativa da *Folha*, o jornalista e escritor Alvaro Costa e Silva, destaca sarcasticamente a agilidade logística de Pazuello, que “precisou de apenas algumas horas para investigar a suspeita envolvendo a compra da vacina Covaxin”, recebendo como prêmio por seu “trabalho com prontidão”, sua exoneração no dia 23/03/21. (Correio Braziliense - Política - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 05/07/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21)

6- Eduardo Pazuello II: ex-ministro da Saúde afirmou ter sofrido pressão para liberar recursos a deputados federais do “Centrão”

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, disse a seus aliados que sofreu pressão do presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Arthur César Pereira de Lira, e do ministro da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos, para liberar verbas a deputados do “Centrão” que apoiam o presidente da República, Jair Bolsonaro. Tais recursos vinham para selar acordos feitos entre o bloco e o chefe do Executivo. Segundo o periódico, os parlamentares queriam repasses de recursos que restavam do Orçamento no fim do ano de 2020 para estados e municípios específicos no formato de verbas de emendas do relator, as quais são indicadas pelo Congresso Nacional. No caso, a lista que definia os valores e os repasses foi assinada com o aval de Ramos, então ministro da Secretaria de Governo. Pazuello e o Ministério da Saúde teriam preferido financiar programas próprios da pasta, incomodando assim Lira e Ramos, por isso, Pazuello teria sido “jurado de morte”. Consonantemente, em entrevista à *Folha*, o deputado federal Luís Miranda chegou a dizer que “um poderoso parlamentar” trabalhava pela retirada de Pazuello do Ministério. Ademais, a *Folha* também ressaltou que no seu discurso de despedida em 23/03/21, quando saiu da chefia do Ministério da Saúde, Pazuello se referiu a ter pedidos negados por “pixulé” como relacionado a sua saída da pasta, uma versão que, aos olhos do governo Bolsonaro, foi para “minimizar as críticas a sua gestão”. Quando questionado pelos senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 sobre o discurso de saída, Pazuello disse não ter havido pedidos ilegítimos e que é normal que tais demandas surjam no final do ano se há recursos não aplicados. Por outro lado, Lira negou que tais apertos existiram, dizendo que apenas pressionou o militar para acelerar a compra de vacinas. Ademais, o mal-estar que recaiu em Pazuello teria oposto o general a Ramos, dificultando a nomeação do ex-ministro da Saúde a algum outro cargo no Executivo. (*Folha de S. Paulo - Poder - 03/07/21*)

7- Segundo jornal, coronel Élcio Franco tem envolvimento em negociações sobre a Covaxin

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o coronel do Exército Élcio Franco, caracterizado como o “número 2” do Ministério da Saúde, teria envolvimento com as negociações da compra da vacina Covaxin entre a pasta e a companhia indiana Bharat Biotech. Primeiramente, o jornal discorreu sobre como o governo do presidente da República Jair Bolsonaro acabou fechando um acordo sobre a Covaxin com um preço 50% mais caro - de US\$10 a US\$15 por dose - que a oferta inicial. Segundo documentos acessados pelo *Estado*, tal aumento de preço ocorreu ao longo das negociações, sendo esse o momento investigado por suspeitas de corrupção. Na primeira reunião, comandada por Franco no dia 20/11/20, o valor informado foi de US\$10 por dose com possibilidade do preço baixar dependendo do volume da compra. Três meses depois, o valor fechado era R\$ 538 milhões mais caro que se fosse feito em novembro. A compra fechada pelo Brasil teve uma empresa intermediária, a Precisa Medicamentos, sendo feita de forma rápida comparada a compra de outros imunizantes. A primeira vez que a vacina da Covaxin foi oferecida a US\$15 por dose em um e-mail entre o diretor executivo da Bharat Biotech e Franco no dia 12/01/21, não havendo questionamentos sobre a alta do preço. Tal ausência de negociação foi apontada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como uma “possível

impropriedade” na contratação. Ademais, em uma reunião no dia 05/02/21, 20 dias antes da assinatura do contrato de compra do imunizante Covaxin, o valor de US\$15 por dose também foi citado. Nessa reunião, haviam apenas representantes da Precisa e do Ministério da Saúde, incluindo o tenente-coronel Alex Lial Marinho, ex-coordenador-geral de aquisições de insumos estratégicos para saúde do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. O militar já foi citado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no depoimento de Luís Ricardo Miranda como alguém que tinha feito pressão pela aquisição do imunizante indiano. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21)

8- Recursos extraordinários destinados ao combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias do Ministério da Defesa

O jornal *O Estado de S. Paulo* reportou que recursos extraordinários destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias do Ministério da Defesa, afirmou relatório da procuradora Élda Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas de São Paulo. O levantamento foi passado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19. O relatório da procuradora mostrou que, dos recursos extraordinários desembolsados no ano passado pela União para o combate à Covid-19, a Defesa ficou com R\$ 435,5 milhões. Ao todo estavam previstos cerca de R\$ 715 bilhões pelo governo para o combate da pandemia, conforme dados do Monitoramento dos Gastos da União com Combate à Covid-19, do Tesouro Nacional. Segundo a procuradora, desse dinheiro que deveria ter ido para o SUS, o Ministério da Defesa gastou R\$ 58 mil com material odontológico, R\$ 5,99 milhões com energia elétrica, água e esgoto, gás e serviços domésticos. Também há gastos com R\$ 25,5 mil com material de coudelaria ou de uso zootécnico, R\$ 1 milhão com uniformes e R\$ 225,9 mil com material de cama, mesa e banho e R\$ 6,2 milhões com a manutenção e conservação de bens imóveis. “É preciso que a CPI da Pandemia, o MPF (Ministério Público Federal), o TCU (Tribunal de Contas da União) e o CNS (Conselho Nacional de Saúde) apurem, mais detidamente, a motivação e a finalidade de várias despesas oriundas de recursos do Fundo Nacional de Saúde realizadas por diversos órgãos militares”, escreveu Élda em seu relatório. (O Estado de S. Paulo - Política - 07/07/21)

9- Militares no Poder I: colunista discutiu sobre o caráter militar do governo Bolsonaro

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Mario Sergio Conti discutiu criticamente o governo do presidente da República Jair Bolsonaro. Primeiramente, vale ressaltar que o texto foi todo escrito de maneira informal e pouco respeitosa com os criticados, usando-se de termos como “milicos” e “tigrada”. Relembrando as polêmicas do mandatário enquanto chefe do Executivo e enquanto deputado federal, Conti disse que antes da sua eleição em 2018, Bolsonaro “fazia rapéis a milicianos, meganhas e cadetes”; mas que, como presidente, manteve o apoio de “334 mil milicos na ativa e 1,6 milhão na reserva”, através da distribuição de “escrivinhas, soldos e pijamas de seda”, ou seja, cargos e recursos. Com isso, a lealdade das Forças Armadas estaria garantida, e, assim, eles bateriam “continência roboticamente” a Bolsonaro. Além disso,

outro episódio abordado por Conti foi o tuíte do então comandante-geral do Exército, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, - chamado de “Darth Vader verde-oliva” pelo jornalista - que intimidou o Supremo Tribunal Federal (STF) a não conceder o Habeas Corpus que permitiria ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a concorrer à presidência nas eleições de 2018, já que, na visão de Conti, ele poderia vencer Bolsonaro no pleito. Para o jornalista, o STF, caracterizado como um “poder civil soberano”, não poderia “sob pena de esculhambar” sucumbir a pressões vindas do “lado obscuro da força” e do “morubixaba dos azeitonas”, referindo-se a Villas Bôas. Por fim, o texto citou os ministros da Corte que “se sujeitaram à força da farda”: Rosa Weber, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Carmen Lúcia e Luiz Fux. Assim, Conti conclui que “foram os civis que fizeram a força triunfar”, referindo-se à vitória de Bolsonaro em 2018. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 03/07/21)

10- Militares no Poder II: colunista criticou o envolvimento das Forças Armadas no governo e o presidente da República Jair Bolsonaro

Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista, comentarista e escritora Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente da República Jair Bolsonaro “jogou os militares num barco que parece fazer água por todos os lados”, ao envolver as Forças Armadas e seus integrantes em confusões acerca de seu governo, nomeando militares da ativa e da reserva ao Ministério da Saúde em meio a escândalos em plena pandemia. A jornalista citou o aumento constante de oficiais – com a liderança de Eduardo Pazuello - citados nos últimos acontecimentos acerca do superfaturamento de vacinas envolvendo empresas suspeitas. Segundo Cantanhêde, Bolsonaro não demonstrou desempenho em se conscientizar quanto ao que ocorre nos ministérios, e não se manifestou a respeito de toda a polêmica envolvendo seu nome no esquema da Covaxin, em que Luís Miranda e Luís Ricardo Miranda relatam a consciência do presidente em meio ao “rolo”. As investigações do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, os 124 pedidos de impeachment, as manifestações “Fora Bolsonaro” e o possível envolvimento do presidente no esquema das “rachadinhas” durante seu mandato como deputado federal, “pinga daqui, pinga dali, a sensação é de que o barco Bolsonaro faz água por todo lado”, finalizou a jornalista. (O Estado de S. Paulo – Política – 06/07/21)

11- Chefe de inteligência dos Estados Unidos visitou o Brasil

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, William Joseph Burns, chefe da Central Intelligence Agency (CIA), a agência de inteligência dos Estados Unidos, visitou o Brasil. No dia 01/07/21, o estadunidense encontrou-se com o presidente da República, Jair Bolsonaro, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, o ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem Rodrigues, no Palácio do Planalto. A passagem do estadunidense por Brasília foi caracterizada pelo jornal como “cercada de mistério”, visto os encontros sigilosos e a falta de aviso prévio, além de ter tido um enfoque nos temas de segurança regional e tons anti-China. Uma das fontes sobre o que se foi conversado veio de Bolsonaro, que, a apoiadores, disse ter discutido sobre a China e a América do Sul, com destaque à Venezuela,

tendo tratado das dinâmicas internas dos demais países do subcontinente como de interesse ao Brasil. Na avaliação da *Folha*, a visita de Burns buscou pressionar Bolsonaro a interromper as participações da empresa chinesa Huawei nas redes de 5G brasileiras, afirmando que ela permitiria espionagem do tráfego de dados pelo governo de Pequim, uma posição que consoa muito com a do GSI de Heleno. Além disso, autoridades brasileiras comemoraram a visita como um sinal de que a cooperação nas áreas de inteligência e segurança regional não serão afetadas pelas divergências ideológicas entre Bolsonaro e o presidente estadunidense Joe Biden. (Folha de S. Paulo - Mundo - 03/07/21)

12- Periódico comentou sobre pensões recebidas por dependentes de militares
De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, um levantamento sobre os custos das pensões que dependentes de militares impuseram ao erário brasileiro entre janeiro de 2002 e fevereiro de 2021 foi divulgado pelo Portal da Transparência, no dia 27/06/21, sendo que tal informação deveria ter sido publicada um ano e meio antes. O estudo foi feito com base nos dados da Controladoria-Geral da União (CGU). Essa foi a primeira vez que os dados sistematizados sobre pensões de militares são divulgados com os nomes dos beneficiários e atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União - iniciativa teve a colaboração dos Ministérios da Defesa e da Economia e o Banco Central -, o qual se mobilizou a partir de reclamações da agência de dados independentes Fiquem Sabendo. Primeiramente, o jornal apontou que a União gastou R\$19,3 bilhões ao longo de 2020 com esse tipo de gasto, sendo que no Brasil daquele ano houveram 226 mil pessoas beneficiadas. Delas, 137.916, ou 60% do total, são filhas de membros falecidos das Forças Armadas (FFAA). Outra conclusão tirada pelo jornal é que o valor médio das pensões é mais alto que as dos servidores civis, além de serem mais antigas, sendo que a mais longeva delas começou a ser paga em setembro de 1930. Outrossim, o *Estado* constatou que diversas pessoas listadas nos dados estão recebendo acima do teto constitucional (R\$ 39,9 mil), com 14 pensionistas em fevereiro de 2020 ganhando acima de R\$ 100 mil depois dos descontos. Nesses casos, essa “super parcela” se deve a um pagamento mais eventual e específico, sendo que o maior deles valeu R\$ 435,6 mil feito a uma pensionista menor de 16 anos que é filha de um segundo-tenente. Tirando os pagamentos eventuais, o maior benefício vale R\$ 60,5 mil. Em fevereiro de 2021, 77 pensionistas ganharam benefícios maiores que o teto constitucional, em uma média de R\$ 80,3 mil cada e consumindo R\$ 6,1 milhões do erário naquele mês. Segundo o jornal, a CGU pretende atualizar tais dados mensalmente, sendo que a inclusão de informações mais antigas será reservada para uma “segunda etapa” junto aos “órgãos detentores das bases”. As pensões das FFAA são regidas pela Lei 3.765 de 1960, que até 2001 permitia que as filhas solteiras de militares recebessem a renda indefinidamente. A partir de 2001, apenas pessoas com o benefício obtido antes da mudança ou que são filhas de militares que ingressaram na carreira antes daquele ano podem continuar recebendo dessa forma. Mesmo assim, até hoje filhos e filhas de militares ainda desfrutam de alguns privilégios sob condições específicas. Com a reforma da Previdência de 2019, foi criada uma contribuição para pensionistas militares que pode chegar a 13,5% para filhas que recebem vitaliciamente. Por fim, o jornal ressaltou também como mesmo os dependentes e ex-dependentes de militares envolvidos na repressão durante a

Ditadura Militar (1964-1985) ainda recebem pensões vitalícias, incluindo as filhas do coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado na Justiça em 2008 por sequestro e tortura; e a do ex-ministro Jarbas Passarinho, que esteve envolvido na outorga do Ato Institucional nº5 (AI-5) em 1968. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* também comentou o tema e afirmou que “considera defensável um regime previdenciário diferenciado para os militares, dadas as peculiaridades da carreira, mas as benesses do modelo brasileiro são excessivas — e correções feitas em 2019, infelizmente, se fizeram acompanhar de ganhos salariais”. (*Folha de S. Paulo - Poder - 07/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21*)

13- Superior Tribunal Militar puniu um único general nos últimos dez anos

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, pelo menos 20 apurações de infrações envolvendo oficiais de alta patente das Forças Armadas foram arquivadas pelo Superior Tribunal Militar (STM) nos últimos dez anos. Pelo menos 13 inquéritos policiais militares (IPMs) contra generais, brigadeiros ou almirantes foram arquivados pela Justiça Militar antes de chegar ao STM. Dentre eles, o jornal identificou um inquérito contra o general da reserva Augusto Heleno, atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, investigado em 2015 por "suspeita de participação na gestão de convênios irregulares, voltados à realização da 5ª edição dos Jogos Mundiais Militares". O IPM foi arquivado por decisão monocrática de um dos ministros do STM. Além dele, os generais Jamil Megid, ex-secretário nacional de Transportes Terrestres no governo Bolsonaro, e Marco Aurélio Costa Vieira, ex-secretário especial do Esporte no governo Bolsonaro, também tiveram seus inquéritos arquivados. Outros cinco IPMs, que chegaram a ser apresentados pelo Ministério Público Militar (MPM) como denúncia formal, foram rejeitadas pelo STM, não chegando sequer à instauração de julgamento. Apenas 3 denúncias foram recebidas pelo tribunal na última década. Destas, apenas uma resultou em condenação. O caso diz respeito ao contra-almirante Jorge Nerie Vellame, condenado por lesão corporal culposa em 2015. A pena de Vellame foi a de detenção por dois meses, a menor pena prevista em lei para este crime. Em nota, o STM afirmou não existir impunidade ou corporativismo na corte, e o MPM afirmou não fazer "avaliação subjetiva" dos casos. (*Folha de S. Paulo - Poder - 07/07/21*)

14- Coronel foi citado em possível esquema de “rachadinha” de Jair Bolsonaro, quando este ainda era deputado federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, áudios publicados em reportagem pelo portal UOL decorrentes de Andrea Siqueira Valle, narram a indignação da ex-cunhada do presidente da República Jair Bolsonaro com o fato de o mesmo exonerar seu irmão, André, de cargo na Câmara dos Deputados após o servidor não o repassar valor acordado de seu salário. O acontecido gerou discussão entre senadores com o objetivo de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso, de possível desvio ilegal de verbas públicas, configurando crime de peculato, Renan Calheiros especulou convocar Siqueira Valle para depor. O coronel da reserva do Exército, Guilherme dos Santos Hudson – tio de Siqueira Valle – supostamente recolhia os salários no gabinete

de Flávio Bolsonaro. Bolsonaro e Hudson se conheceram nos anos de 1970 na Academia das Agulhas Negras (Aman). (Folha de S. Paulo – Política – 06/07/21)

15- Mourão prometeu redução de 12% no desmatamento da Amazônia

Segundo o Jornal *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, mandará 3 mil militares à região da Amazônia para impedir o desmate e também as queimadas até o fim de agosto. Mourão reuniu-se com alguns ministros para informar sobre a Operação Samaúma, como foi batizada a nova investida militar. *O Estado* afirmou que os militares ficarão na floresta até o fim de agosto, mas o prazo poderá ser prorrogado se o governo julgar necessário. Na avaliação de Mourão, a atuação dos militares tem segurado o avanço dos crimes na floresta. “Nós vínhamos numa trajetória muito boa até o fim do mês de abril. Após a saída das Forças Armadas, houve um aumento significativo do desmatamento, principalmente em maio. Os índices foram bem elevados”. O objetivo da operação é reduzir o desmatamento em uma faixa de 10 a 12%. Segundo *O Estado*, as ações da Operação Samaúma ocorrerão em 26 municípios que apresentam maior quantidade de alertas de desmatamento, nos estados do Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia. O vice não detalhou os custos dessa ação. (O Estado de S. Paulo - Sustentabilidade - 07/07/21)

16- Projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional será votado em breve no Senado Federal

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o texto que sepulta a Lei 7.170/1983, Lei de Segurança Nacional, será votado em breve no Senado Federal. Nos anos 2019/20, 77 inquéritos foram abertos pela Polícia Federal com base nessa lei. O Supremo Tribunal Federal também a empregou para prender o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) e os dirigentes de manifestações antidemocráticas. O projeto visa extinguir a Lei de Segurança Nacional e estabelecer no Código Penal um capítulo designado a proteger a soberania e as instituições nacionais de ações criminosas. Os deputados federais introduziram uma seção para tratar de crimes contra o processo eleitoral, objetivando evitar a disseminação de *fake news*. A expectativa é que o Senado Federal aprove o texto sem vultosas alterações, e sem vetos do presidente da República Jair Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Opinião - 08/07/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)